

O Hospital Militar de Belém e a Pandemia COVID 19

O número de portugueses infectados com COVID 19 não cessa de aumentar, enquanto o número de vítimas mortais derivadas da pandemia excede níveis não compatíveis com a Europa onde nos integramos, colocando o País num vergonhoso lugar cimeiro, a nível internacional.

Fruto desta lastimável situação, Portugal irá sofrer, a curto prazo, um penalizador decréscimo da esperança de vida dos seus cidadãos acima dos 65 anos de idade, num claro sinal de retrocesso civilizacional, e sem paralelo desde a implantação da democracia, em 25 de Abril de 1974.

Entretanto, a situação de pré ruptura do SNS obrigou o governo a solicitar ajuda exterior, assistindo-se, por via disso, à chegada a Lisboa de uma equipa médica de militares alemães, trazendo na bagagem, entre diverso equipamento médico, meia centena de ventiladores.

Ver aterrar na base de Figo Maduro uma aeronave militar estrangeira, transportando auxílio sanitário dirigido ao *povo* português, não poderá ser considerado, de forma alguma, como indicativo de vergonha nacional.

Vergonha é, que no final de Abril do ano transacto, quando a pandemia já fazia sentir os seus pesados efeitos, o chefe do governo, depois de ter recebido uma carta subscrita por cerca de uma centena de individualidades oriundas dos mais variados sectores da sociedade civil, apelando à recuperação do ex-Hospital Militar de Belém (HMB), encerrado em 2013, no sentido daquela antiga estrutura hospitalar se pudesse vir a constituir como um hospital COVID, nunca se ter dignado responder aos signatários, numa cabal prova de desrespeito pelos mesmos, todos eles com provas dadas de cidadania e de reconhecido serviço público ao País, e onde se destacava, entre outros, um ex Presidente da República.

O apelo contido na carta era simples, claro e pleno de oportunidade, assinalando que o ex HMB tinha sido uma estrutura hospitalar organizada e vocacionada, de raiz, para o tratamento de doenças infecto contagiosas, dotado de instalações de pressão negativa, área onde tinha sido pioneiro, e preparada para o diagnóstico e tratamento das doenças de etiologia microbiana, viral e parasitária.

Na altura, o agravamento da pandemia que já se verificava, e que era previsível viesse a aumentar e a pressionar seriamente o SNS, como na realidade veio a acontecer, deveria ser tido em consideração para a reabilitação daquela ex unidade hospitalar, ajudando a libertar, desse modo, os hospitais públicos para o tratamento de outras doenças.

Contudo, o que aconteceu seis meses depois, e cerca de quatro milhões de euros gastos por conta do erário público, foi o levantamento de um simples centro de apoio para recuperação de doentes pós COVID, sem necessidade de tratamento hospitalar diferenciado, embora precedido por uma elaborada manobra mediática, por parte do governo.

Vergonha foi, para não empregar um termo mais radical, que o governo não tenha tido a visão e ou a vontade de considerar o repto que, oportunamente, lhe tinha sido dirigido na pessoa do seu primeiro-ministro, aceitando, dessa forma, colocar em risco a saúde de milhares de portugueses, portadores de outras doenças não COVID, e sem possibilidade de acorrer aos hospitais do SNS, entretanto, saturados.

Vergonha foi, que entre as razões dessa falta de vontade e ou de visão, possa ter estado a anunciada cedência das instalações do ex-HMB a entidades privadas, no seguimento de acordos previamente firmados, e que o governo entenda fazer cumprir, independentemente das novas circunstâncias sanitárias que o País atravessa.

Com um investimento público daquela ordem, entretanto, efectuado, impunha-se ao governo explicar a opção de ter descartado a recuperação de uma estrutura hospitalar com reconhecidas

potencialidades para poder fazer face à actual pandemia, bem como a outras altamente prováveis de ocorrer num futuro próximo, e, ainda, poder assumir, no domínio da defesa biológica, uma especial ênfase, para a qual estaria naturalmente qualificada.

Finalmente, terá sido lamentável que a equipa médica militar alemã, ao aterrar esta semana na base do Figo Maduro, se tivesse dirigido para as instalações de um hospital privado, para desenvolver o seu trabalho, podendo fazê-lo num Hospital especialmente qualificado para o efeito, e onde, naturalmente, os seus elementos se teriam mais facilmente integrado.

Lisboa, 07 de Fevereiro de 2021

Joaquim Formeiro Monteiro

Tenente General